

O PENSAMENTO MARXISTA NO PROJETO POLÍTICO DOS DIRIGENTES DO MST

Plínio José Feix¹

1- Aspectos introdutórios

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma força social e política relevante no campo da esquerda brasileira nas últimas três décadas, período de sua existência, embora esteja atualmente em crise. A luta pelo assentamento dos trabalhadores sem-terra, pela reforma agrária e pelo socialismo – considerados pelos dirigentes como sendo os principais objetivos do Movimento – são ações que interferiram de forma significativa na configuração da realidade política nacional, principalmente nos anos de 1980 e 1990. O marxismo sempre foi a principal base teórica e política dos dirigentes para a criação da estrutura organizativa do MST e para a definição das estratégias políticas alinhadas com o seu projeto de sociedade. No entanto, outros sistemas teóricos e político-culturais também influenciaram o processo de sua construção, especialmente os princípios religiosos do cristianismo reelaborados pela Teologia da Libertação. O MST, portanto, não pode ser visto como um movimento sociopolítico genuinamente marxista.

Neste trabalho será focado o vínculo estabelecido pelos agentes do MST com o marxismo a partir de meados da década de 1990, quando, além da construção do socialismo, inicia-se o processo de elaboração teórica e política do projeto de sociedade alternativa ao neoliberalismo (chamado de projeto popular). Trata-se, portanto, do período da defesa de dois projetos de sociedade, representando uma dupla reação política: à implantação do modelo neoliberal no Brasil e à crise do socialismo. Até hoje os líderes do Movimento, não isentos de contradições e diante de enormes dificuldades, lutam pela igualdade social, mantendo vivas determinadas concepções marxistas.

O tema do trabalho consiste na apresentação teórica das vinculações criadas pelo MST através de seus dirigentes nacionais com o marxismo ou correntes do pensamento marxista no período de crise do socialismo nas últimas duas décadas. Quais são as principais ideias ou teorias que podem ser chamadas marxistas e que servem de referência nas estratégias de luta pelo socialismo por parte do MST? Em que sentido os dirigentes em questão, assim como o próprio Movimento enquanto organização, podem ser definidos como marxistas? Qual é a importância da visão marxista adotada no MST para o campo da esquerda brasileira? Quais são as divergências e contradições teóricas e políticas que se manifestam no discurso e na prática desses dirigentes? Estas são questões que nortearão o desenvolvimento do referido tema.

A abordagem do presente objeto de estudo foi desenvolvido, de alguma forma,

¹ Professor do Departamento de História da UFMT/ *Campus* Universitário de Rondonópolis, doutor em Ciência Política/UNICAMP.

na nossa tese de doutorado². A metodologia de pesquisa utilizada para a fundamentação teórica e empírica desta tese no que diz respeito à vinculação do MST à tradição marxista foi a realização de entrevistas (gravação e *e-mail*) com lideranças nacionais do Movimento; a análise do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra e da Revista Sem Terra, que são os seus dois principais veículos impressos de comunicação; a análise de cartilhas e textos produzidos e de entrevistas concedidas por lideranças para jornais e revistas de circulação nacional; o estudo de dissertações, teses e livros acadêmicos produzidos sobre o MST. Outra fonte de pesquisa é a nossa observação crítica “por dentro” através da participação em certos eventos internos organizados pelos seus militantes. Integra também a metodologia de pesquisa a análise da prática sociopolítica exercida pelos membros do MST, principalmente no que se refere às pautas prioritárias de luta e às táticas e estratégias adotadas. Estas diferentes fontes empíricas permitem suscitar, obviamente não de forma definitiva, certos elementos teóricos ora propostos.

2- A política brasileira e os projetos de sociedade das lideranças do MST

A concepção de Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre as demais é uma tese política central na teoria dos dirigentes do MST. A superação do sistema capitalista somente seria possível através da conquista do poder do Estado pela classe trabalhadora organizada em torno de um projeto revolucionário. Esta visão de Estado que orienta a luta do MST está embasada na teoria política dos fundadores do marxismo. As duas questões que levantamos são: quais são os agentes políticos e quais são as táticas e estratégias defendidas pelos seus líderes para a concretização histórica da conquista do Estado. Quanto a isso, houve mudanças na história deste Movimento.

Na primeira metade da década de 1980, o MST era organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma entidade pastoral predominantemente da Igreja Católica, e que tinha como base teológica a Teologia da Libertação. Embora os agentes religiosos e leigos da CPT defendessem o socialismo e apoiassem o Partido dos Trabalhadores (PT), esse projeto político não estava teoricamente sistematizado. A partir da autonomia em relação à CPT (1984), os dirigentes do MST começam um processo de aprofundamento teórico e de aproximação mais consistente ao pensamento de Marx, Engels e Lênin, porém não integralmente. O PT – partido político democrático-popular –, articulado com os movimentos sociais e sindicais e as entidades progressistas no âmbito da sociedade civil, era visto pelas lideranças do MST como o instrumento ou meio político estratégico para a conquista do poder do Estado pela classe trabalhadora ou pelos setores populares. A luta pela reforma agrária integrava esta estratégia de acúmulo de força política. As instituições políticas do Estado se constituíram em um espaço não meramente tático na medida em que contribuíssem para o fortalecimento e a expansão do PT. O uso da força nunca estava descartado para enfrentar as resistências da

² Flínio José Feix. O Espaço da Democracia no Projeto Político dos Dirigentes do MST. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas-SP.

burguesia, uma possibilidade prevista para o momento histórico em que surgissem as condições para a luta derradeira pela tomada do Estado e a instauração do socialismo.

No final dos anos 1980 e durante a década seguinte, no âmbito internacional, com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do sistema soviético, o que levou a uma crise do pensamento marxista e do socialismo e, no nível nacional, a derrota de Lula na eleição para presidente da República (1989), o processo subsequente de implantação do neoliberalismo, a crescente mudança da identidade política do PT, o refluxo dos movimentos sociais, a proliferação das ONGs, etc. formaram um cenário político adverso para o projeto revolucionário. Os dirigentes do MST, mesmo diante deste contexto político desfavorável, mantiverem a postura política de defesa do socialismo, porém com mudanças significativas no que se refere às estratégias a serem assumidas.

O PT, na medida em que, majoritariamente, se desloca para o centro em termos político-ideológicos e se torna um partido que prioriza a disputa eleitoral e se desarticula com as organizações populares da sociedade civil, ele deixa de ser um partido estratégico para as lideranças do MST. Estas atribuem-lhe uma importância política apenas tática. Quais são as implicações políticas desta nova postura a partir de meados da década de 1990 para o enfrentamento do neoliberalismo e a luta pelo socialismo? Quais são as novas estratégias de luta defendidas pelos dirigentes em pauta? Qual é a relação do pensamento político dos mesmos com o marxismo?

A campanha eleitoral de Lula à presidência da República em 1994 foi vista por setores da esquerda como uma revelação clara da falta de um projeto alternativo para o Brasil, um retrato da perda da identidade política original do PT. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – vitorioso nesse pleito eleitoral – intensificou a implantação do modelo político e econômico neoliberal. Diante deste cenário político, um grupo de intelectuais de esquerda, integrantes do MST e algumas lideranças de outros movimentos populares começam a defender a necessidade urgente da construção de um projeto popular alternativo ao neoliberalismo. Esse grupo realizou, no final de 1997, um encontro nacional com partidos políticos de esquerda, movimentos populares e sindicais e entidades progressistas com o objetivo de discutir a elaboração e a viabilização política desse projeto. Na oportunidade foi criada a Consulta Popular, uma organização social e política incumbida de conduzir esse processo. João Pedro Stédile, a liderança mais influente do MST e integrante do referido grupo, afirmou: “Temos de nos juntar com todas as forças populares, sindicais, partidárias, e estimular um debate sério na sociedade para discutir um projeto nacional alternativo para o Brasil”³.

Este projeto popular possui uma natureza democrática e reformista, sendo um resgate, basicamente, do projeto do PT derrotado na eleição de 1989, e depois abandonado pelo mesmo. Os partidos de esquerda, articulados com os setores populares organizados na sociedade civil, seriam o meio político institucional para a concretização desse projeto. As transformações econômicas e sociais teriam um caráter nacional desenvolvimentista, visando a inclusão social de toda a população, contrapondo-se,

³ João Pedro Stédile: entrevista concedida à Revista Caros Amigos. Ano 1, n. 8, novembro de 1997, p. 29.

dessa forma, ao neoliberalismo, que geraria uma crescente desigualdade e exclusão social. Os partidos de esquerda, no entanto, ignoraram esse projeto na campanha eleitoral de 1998, o que afastou ainda mais o mencionado grupo, incluindo os dirigentes do MST, dos partidos políticos e da própria institucionalidade política.

A eleição de Lula em 2002 provocou uma certa aproximação do MST com o Governo Federal, o que ocorre até hoje. A intenção política das lideranças desse Movimento é atribuir um caráter apenas tático a essa relação. A conjuntura política de grande aprovação popular do governo Lula e, agora, do governo Dilma, a continuidade do refluxo dos movimentos sociais, a inexistência de partidos socialistas de natureza popular, o perigo do isolamento a que está sujeito o MST em caso de enfrentamento ao poder estatal, etc. são fatores que dificultam uma oposição mais radicalizada desse Movimento em relação ao poder do Estado. Na avaliação dos dirigentes, a postura política de confronto seria o suicídio do MST enquanto organização. Essa interação estabelecida com instituições estatais, no entanto, tira-lhe muito da autonomia e da luta aguerrida que o identificava nas duas primeiras décadas de sua história.

A reforma agrária, por exemplo, passou a ser vista como inviável no projeto neoliberal vigente, uma vez que este promoveria a expansão do modelo agrícola chamado agronegócio. Os dirigentes do MST, na medida em que foram priorizando o projeto popular, colocaram a reforma agrária em segundo plano. Ela acabou saindo da agenda política do governo Lula e, entre os dirigentes, essa bandeira histórica de luta virou um discurso de retórica. As ocupações massivas de grandes propriedades rurais privadas é coisa do passado. Na nossa avaliação, esta é uma estratégia equivocada, pois a luta massiva pelo assentamento dos trabalhadores sem-terra e pela política agrícola em favor dos pequenos produtores não é incompatível com a construção do projeto popular. Este, ao se tornar prioritário, foi transformando o próprio MST em uma organização predominantemente política, inclusive a sua complexa estrutura organizativa adquiriu um formato semelhante ao dos partidos políticos de esquerda tradicionais. Para manter essa estrutura dispendiosa, o Movimento depende dos recursos públicos, o que contribui para o estreitamento dos vínculos com o Governo Federal. Este conjunto de fatores políticos, entre outros, gera a atual passividade e crise do MST no que se refere à ação política, podendo comprometer as suas estratégias de luta pelo socialismo.

É importante deixar claro que, na perspectiva teórica dos dirigentes do MST, o projeto popular não significa o abandono do socialismo. Dentro da visão etapista, o projeto popular seria uma fase intermediária entre o capitalismo neoliberal e o socialismo. O referido projeto reformista ou nacional desenvolvimentista representaria um acúmulo de força política dos setores populares em direção da superação do capitalismo. A sociedade igualitária continua sendo o horizonte a ser alcançado.

3- A teoria marxista nas estratégias de luta defendidas pelos líderes do MST

Através do Estado burguês ou liberal, como já foi afirmado, seria impossível revolucionar a sociedade capitalista, extinguir os meios privados de produção, de acordo com os dirigentes em pauta, fundamentados na teoria marxista. Neste sentido, a

construção e conquista do projeto popular – que não é a superação do capitalismo, e sim a sua reforma ou transformação – pode dar-se por meio das instituições políticas deste Estado liberal vigente, porém não sem reformas profundas. Os protagonistas políticos centrais seriam os setores populares mediante a sua organização na sociedade civil e a participação direta e indireta das discussões e tomadas de decisão na esfera do Estado. Esta participação popular requer, portanto, a democratização das estruturas estatais.

As lutas estratégicas dos dirigentes do MST, em termos teóricos, estão alicerçadas em dois pilares. O primeiro é a organização e luta dos setores populares no âmbito da sociedade civil a partir de suas demandas sociais específicas, bem como a articulação desses diferentes atores em torno de pautas sociopolíticas mais amplas vinculadas ao projeto alternativo. Neste caso, é visto como fundamental, além das ações reivindicativas, a organização e a luta conjunta em favor de objetivos que produzam transformações estruturais. As “massas organizadas”, no dizer das lideranças em pauta, é uma condição imprescindível para possibilitar mudanças sociais profundas. Os líderes do MST, historicamente, opuseram-se às estratégias revolucionárias vanguardistas, assim como ao privilegiamento da classe operária enquanto agente político. A Teologia da Libertação, ao sustentar que os pobres seriam os sujeitos de sua própria libertação social, e o marxismo democrático desenvolvido a partir da década de 1970 foram dois fatores decisivos para a postura de valorização desses setores sociais como protagonistas capazes de transformar e revolucionar a sociedade capitalista. Esses agentes são vistos como estratégicos na luta tanto pelo projeto popular quanto pelo socialismo. Esta teoria rejeita, portanto, várias correntes marxistas que privilegiam as relações de produção para definir a classe revolucionária, no caso, o proletariado.

O segundo pilar estratégico dos dirigentes do MST é o instrumento ou o partido político. Este teria as funções de articular politicamente em torno do projeto socialista os sujeitos organizados no âmbito da sociedade civil e de conduzir o processo de construção e viabilização histórica da nova sociedade. O partido seria a via política de condução dos setores populares revolucionários em direção à tomada do Estado. Trata-se de um partido ideológico, com o objetivo de conquistar o socialismo, e não o projeto popular. Os dois pilares estratégicos estão intrinsecamente vinculados entre si.

O partido político estratégico dos líderes do MST é o Movimento Consulta Popular⁴. Inicialmente, quando foi criado, como vimos, ele tinha uma natureza sociopolítico suprapartidária e reformista. Em meados do primeiro decênio do atual século, diante da frustração com o governo Lula e o PT, a Consulta Popular foi transformada em um partido político socialista. A principal peculiaridade desse partido é a sua não legalização, ou seja, o mesmo não está registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral. A Consulta Popular, desta forma, não poderá e nem pretenderá participar das eleições e, por meio dessa via, ocupar espaços institucionais para acumular força

⁴ O Movimento Consulta Popular é, no que se refere às dimensões políticas e organizativas, em boa medida uma ampliação do MST. Além deste, ele conta com a adesão de alguns outros movimentos populares, militantes de esquerda e intelectuais. Este partido está em sua fase inicial de organização nacional e nos estados, inclusive ainda em processo de definição de sua natureza política e organizativa.

política e, assim, conquistar o poder hegemônico do Estado. Esse caminho institucional, mesmo parecendo contraditório, continuaria reservado aos partidos institucionalizados ditos de esquerda, pois os mesmos estariam apostando na estratégia eleitoral, e o seu alcance político estaria limitado às reformas capitalistas. Esses partidos políticos legalizados poderiam avançar em direção ao projeto popular ou nacional desenvolvimentista, fundamentalmente, quando os diferentes setores que compõem a classe trabalhadora estiverem organizados na sociedade civil e pressionarem em favor da justiça social. Dessa forma, ao não priorizar o caminho institucional vigente, mesmo apoiando o projeto popular, o Movimento Consulta Popular fortaleceria a sua natureza política para liderar o salto qualitativo rumo ao socialismo através da via insurrecional.

Ao sustentar o protagonismo político pelos setores populares, entre eles a classe operária, o conceito gramsciano de hegemonia ocupa um espaço central na teoria sobre a construção da sociedade igualitária. Assim como para Gramsci, os líderes do MST sustentam que o projeto socialista deve ser hegemônico na sociedade antes da tomada efetiva do Estado. De acordo com Gramsci, o desenvolvimento da cultura política revolucionária – a “reforma intelectual e moral” – é um aspecto essencial do processo de desenvolvimento da nova hegemonia. O mencionado teórico e militante italiano argumentava que as classes socialistas, sob essa hegemonia, devem ser “dirigentes” da sociedade antes de serem “dominantes” (tomada do aparato estatal).

As lideranças em pauta, de forma semelhante, sustentam que o desenvolvimento dos “valores humanistas e socialistas” por parte dos setores populares é indispensável para a viabilidade histórica da conquista do aparato estatal e a subsequente socialização dos meios de produção e do poder político. Valdir Misnerovicz, liderança do MST, argumenta que “os valores socialistas precisam ser forjados no próprio processo de luta. Não precisamos esperar destruir esse Estado para, então, começar a discutir o novo homem e a nova mulher, pois essas coisas precisam andar juntas”⁵. Vanderly Scarabeli, outro dirigente do Movimento, explicita essa questão teórica da seguinte forma: “primeiro, é necessário construir uma coisa que eu chamo de valores que sejam compatíveis com a sociedade que a gente quer construir, que seja predominante. E aí, no segundo momento, é ter o Estado”⁶. De acordo com esse pensamento, a nova hegemonia seria uma realidade histórica quando, no processo de acumulação de força política, ocorresse a alteração da correlação da mesma em favor dos setores populares. Somente nesse momento existiriam as condições políticas para a tomada do Estado.

No entanto, diferentemente de Gramsci, a construção desse novo “consenso” majoritário deveria ocorrer, fundamentalmente, através da criação de novas instituições políticas e sociais com esse objetivo político. Os dirigentes do Movimento em pauta rejeitam a utilização das diferentes instituições burguesas existentes enquanto parte da estratégia para o desenvolvimento da hegemonia socialista, como defendera o revolucionário italiano, ou seja, mediante a intervenção nestas instituições para torná-las favoráveis aos interesses das classes dominadas. Há, portanto, uma influência do

⁵ Valdir Misnerovicz: entrevista concedida ao autor deste texto em Cuiabá-MT, no dia 10/12/2004.

⁶ Vanderly Scarabeli: entrevistado pelo autor deste texto em Rondonópolis-MT, no dia 04/02/2004.

pensamento leninista na concepção das lideranças do MST no que se refere à forma de construção da hegemonia anti-capitalista, uma vez que as instituições políticas e sociais burguesas apenas teriam uma importância tática. A complexa estrutura que caracteriza o MST – formando uma microssociedade alternativa dentro da sociedade nacional – aponta para essa tese da necessidade de construção de instituições políticas e sociais socialistas que se contrapõem às capitalistas vigentes.

Construída a hegemonia socialista, a tomada do Estado ocorreria pela “insurreição das massas”, como afirma João Pedro Stédile. O uso da violência, para uma parte dos dirigentes, dependendo da reação da classe burguesa, seria muito provável no momento histórico derradeiro do processo de luta pelo poder. Para outros, esse mecanismo seria inevitável, pois a classe capitalista não entregaria as instituições do Estado de forma pacífica. Esse pensamento é coerente com a concepção classista do poder do Estado, e que está alicerçada na teoria marxista clássica, incluindo Gramsci.

Há divergências políticas e ideológicas entre as principais lideranças do MST, embora seja uma questão difícil de ser detectada por causa do centralismo democrático que é adotado nas discussões e tomadas de decisão no âmbito da Direção Nacional e da Coordenação Nacional, que são as duas instâncias nacionais de poder. O projeto popular, por exemplo, não é defendido por uma parte minoritária das lideranças. Para este grupo, que se caracteriza pela postura mais ideológica e uma afinidade maior com o pensamento leninista, a estratégia deveria ser a luta direta pela revolução socialista, e não também pelo projeto reformista intermediário. Ademar Bogo, o principal dirigente da turma minoritária, argumenta que “a superação do capitalismo não se dá parcialmente”.⁷ Eles são, porém, obrigados a abraçar a posição majoritária, que é mais pragmática. João Pedro Stédile integra as lideranças de posição política majoritária. Um outro exemplo de divergência política interna que pode ser citado diz respeito à estratégia de construção da hegemonia popular socialista que deve preceder à tomada do Estado. Para o grupo minoritário, dependendo das condições políticas objetivas, essa estratégia deve ser relativizada. Ademar Bogo externa esta posição quando afirma:

o que é certo é que *antes ou depois* da revolução, os setores da sociedade deverão estar organizados. Digo isto porque podemos ter um processo insurrecional onde a população, mesmo desorganizada, contribui com a força dirigente para chegar ao poder central. Mas, a partir daí, esta força só governa se houver organização das massas.⁸

O MST, mesmo passando por um período de refluxo e crise quanto ao poder de mobilização sociopolítica e de aplicação de suas estratégias defendidas teoricamente, está procurando se fortalecer internamente, principalmente através da formação de novos quadros, assim como busca se articular com outros movimentos populares, sindicais e entidades progressistas para desencadear uma nova etapa de organização e de luta da classe trabalhadora na esfera da sociedade civil. O cenário político nacional é extremamente desfavorável na atualidade para imprimir um movimento político

⁷ Ademar Bogo: entrevista concedida via *e-mail* para o autor deste texto no dia 17/03/2005.

⁸ Ademar Bogo, *idem*.

transformador e revolucionário desejados pelos dirigentes que conduzem o MST. Se este assumir uma ação política mais radicalizada, correrá o risco de isolamento; se seguir uma linha moderada, inclusive interagindo com o Governo Federal, como está acontecendo desde que o PT está no poder do Estado, haverá o perigo da perda da unidade interna e do abandono do projeto revolucionário socialista e comunista. Esse impasse gera, portanto, incertezas quanto ao futuro político do MST.

Na apresentação dos dois projetos de sociedade e das táticas e estratégias de luta política defendidas pelos dirigentes do MST – uma apresentação genérica – é possível perceber claramente a influência do pensamento marxista sobre os mesmos. O espaço do presente texto não permite evidenciar melhor essa vinculação. Trata-se, na verdade, de uma utilização eclética do pensamento de várias tendências marxistas, aproveitando e rejeitando teses desenvolvidas por Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, de teóricos marxistas democráticos mais recentes e de experiências revolucionárias de tomada do Estado no século passado. João Pedro Stédile evidencia essa postura político-ideológica quando afirma que eles foram “buscar nos pensadores clássicos de *várias matrizes* algo que pudesse contribuir com nossa luta. (...) De uma forma ou de outra, *captamos alguma coisa* de todos eles”⁹.

O cristianismo, via Teologia da Libertação, também exerceu uma influência política e cultural significativa no desenvolvimento do pensamento político e ideológico dos dirigentes do MST, uma vez que este surgiu no interior desta vertente religiosa. O projeto popular incorpora, pelo menos em parte, elementos político-culturais que predominam nesta corrente teológica: protagonismo popular, dubiedade quanto às estratégias e ao papel das instituições políticas do Estado, ênfase na justiça social, insuficiência teórica, acento na crença transformadora, etc. João Pedro Stédile argumenta que a Teologia da Libertação “é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo”¹⁰. Ao comentar a importância desta teologia na formação das lideranças do MST, ele ressalta o ecletismo teórico e o caráter popular que estariam na base dos projetos de transformação e de revolução social: “A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias ideias (...) de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo”¹¹. Esta teologia exerceu uma expressiva influência nos líderes em pauta quanto à forma de seleção ou de apropriação do pensamento marxista.

Mesmo sob esta amálgama de referências teóricas e indefinições político-estratégicas, não há como negar que o marxismo foi e continua sendo uma referência decisiva no processo de construção do socialismo pelo MST. Este, através de sua identidade política peculiar, insere-se no campo da esquerda brasileira e procura contribuir na luta pela transformação e pela conquista de uma sociedade igualitária.

⁹ João Pedro Stédile; Bernardo Mançano Fernandes. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999, p. 59-60, grifos nossos.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 59

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 59